



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3217

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 18/04/1991

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 30/1991. Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de terreno à "Associação de Moradores dos Bairros Vila Áurea e Bela Paisagem", localizado no bairro Bela Paisagem, medindo 866,25 m², para construção de sua sede. (Referente à Lei nº 1.930, de 26/04/1991).

Controle Interno – Caixa: 12.1 **Posição:** 28 **Número de folhas:** 15

Espécie: PZ
Categoria: Imóveis
Al: 12.1
Ordem: 28
nº fls: 12

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

30/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autorizando a doação de terreno à Associação de Moradores dos Bairros Vila Áurea e Bela Paisagem.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 18.04.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 18.04.91
- 3 *Aprovado em reunião*
- 4 *de 23.04.91*
- 5 *à Câmara - 23.04.91.*
- 6 *Requisição -*
- 7
- 8
- 9
- 10



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M. G.

Em, 11 de abril

de 19⁹¹

Of. N.º : CJ/050/91

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente ,

A Associação de Moradores dos Bairros Vila Áurea e Bela Paisagem , desde a sua fundação não tem medido esforços , no sentido de incrementar o desenvolvimento e trazer o bem estar aos moradores dos Bairros referidos .

Desta feita^a , Sr. Presidente e Srs. Vereadores , a associação acima mencionada reivindica ao Poder Executivo Municipal , uma área de terreno medindo 866,25m² , situa da no Bairro Bela Paisagem , para nela , construir a sua sede pró pria onde possa reunir os seus associados , para estudar e buscar a solução dos problemas que atingem os Bairros que lhe emprestam o nome .

Reconhecendo a legitimidade do pedido, é que achamos por bem enviar a essa Egrégia Câmara Municipal , para análise e aprovação , o projeto de Lei incluso , que visa fazer a doação da área pretendida .

Esperando o apoio dessa Colenda Casa , sem qualquer restrição por parte dos nobres Vereadores , re novamos protestos de estima e cordial apreço.

Atenciosamente ,

Exmo Sr.

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presdiente da Câmara,

Municipal

Mario Ribeiro da Silveira

Prefeito Municipal





PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº, DE 11 DE ABRIL de 1.991.
Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de
área de terreno à Associação de Moradores dos
Bairros Vila Áurea e Bela Paisagem .



A Câmara Municipal de Montes Claros aprovou e eu
sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar
à Associação de Moradores dos Bairros Vila Áurea e Bela Paisagem,
a área de terreno medindo 866,25 m² , situada no Bairro Bela Paisa
gem , nesta cidade - terreno de uso institucional .

Art. 2º - A área de terreno , mencionada no artigo
anterior tem a seguinte descrição: " Partindo do ponto comum ao
terreno institucional e o lote 2 da quadra 1 , situado no alinha-
mento da Rua 1 , segue perpendicular , numa distância de 35,00m;
daí deflete à direita , segue numa distância de 13,00m; daí deflete à
direita , segue numa distância de 19,50m; daí deflete à direita ,
segue limitando com o lote 3 da mesma quadra 1 , numa distância de
37,50m; daí deflete à direita , segue pelo alinhamento da Rua 1 , nu
ma distância de 21,00m , culminando no ponto que originou esta decri
ção .

Art. 3º - A área de terreno da presente doação se
destina à construção da sede própria da associação referida no arti
go 1º desta Lei .

Parág. Único - Esta área de terreno , consta na
planta do loteamento , como área de uso institucional e pelo art. 31,
da Lei nº 1.229 , de 27 de dezembro de 1.979 (Lei de Uso e Ocupação
do Solo) , dentre outras finalidades , destina-se ao objetivo propos
to por esta Lei .

Art. 4º - O prazo de reversão automática ao Muni-
cípio , em caso do não cumprimento da finalidade mencionada nesta
....

.....



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



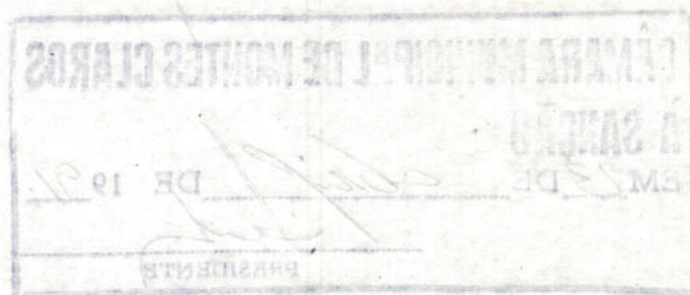
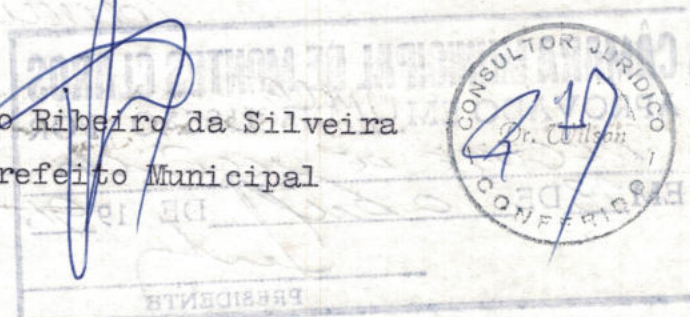
fla. 02

Lei , e de 03 (tres) anos , a partir da data da lavratura da escritura pública de doação .

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário , esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação .

Prefeitura de Montes Claros , 11 de abril de 1.991.

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
EM 8 DE abril DE 1991
[Signature]
PRESIDENTE

E' Legal o Cont. Fiscal
[Signature]
Emendas Rejeitas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 23 DE abril DE 1991
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
EM 23 DE abril DE 1991
[Signature]
PRESIDENTE

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS BAIRROS: VILA AUREA E BELA PAISAGEM.

CAP. I

DA Denominação, sede, Finalidade e Duração.

Art. 1º - A Associação de Moradores dos Bairros:
VILA ÁUREA E BELA PAISAGEM.

Fundada em 29 / 01 / 89 com sede e foro no Município de Montes Claros-MG, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, sem distinção de raça, cor, sexo, condição social, convicções políticas e Filosóficas, com duração por tempo indeterminado, podendo ser dissolvida de acordo com o que prescreve esse estatuto.

Art. 2º - A Associação tem por finalidades principais:

- I - Estudar junto com os moradores, os problemas do bairro, buscando conjuntamente a solução para os mesmos;
- II- Fazer gestões junto aos poderes Públicos, no encaminhamento de reivindicações levantadas pela comunidade;
- III - Manter contato com outras associações de moradores, grupos de vizinhança, Instituições Filantrópicas e Assistenciais, Entidades de Classe a Indústria e o comércio locais.
- IV- Promover atividades recreativas e sociais, esportivas, assistenciais e educacionais de interesse da comunidade;
- V - Promover a conscientização dos moradores sobre as questões que hoje aflige o povo Norte-mineiro e brasileiro, buscando levar o nível de participação popular junto aos movimentos sociais e reivindicatórios.

CAP. II.

Dos Sócios.

Art. 3º - A Associação é constituída de número ilimitado de sócios maiores de 16 anos, não podendo subsistir legalmente com número inferior a 50 sócios.

Art. 4º - Todos os sócios serão da categoria efetivos.

Art. 5º - Somente poderão associar à entidade, os moradores dos bairros citados neste mediante comprovação de endereço.

DEPARTAMENTO DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Cidade - João Leite Maciel
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

CAP. III

Dos direitos e deveres dos sócios.

Art. 6º - São direitos dos sócios:

- I - votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II - Participar das Assembléias, com direito a voz e voto;
- III - Apresentar propostas;
- IV - Promover palestras de interesse coletivo;
- V - Beneficiar-se dos serviços da associação e participar de todas as atividades e iniciativas da diretoria;
- VI - Desligar-se da associação quando lhe aprouver, mediante comunicação por escrito à diretoria.

Art. 7º - São deveres dos sócios:

- I - Cumprir fielmente este estatuto e as deliberações da diretoria e das assembléias gerais.
- II - Cooperar sempre, direta e indiretamente para o bom desempenho e fortalecimento da associação;
- III - Comprovar, por meio de identificação social a sua qualidade de sócio em gozo dos seus direitos, sempre que as circunstâncias assim o exigirem;

Art. 8º - Dá-se o desligamento do sócio:

- I - Mediante pedido por escrito;
- II - Pelo Não pagamento de 3(tres) mensalidades consecutivas;
- III - Pela expulsão, em virtude de falta grave, a juízo da diretoria.

Paragrafo 1º: A readmissão do associado far-se-á através de pedido por escrito, mediante quitação das mensalidades em atraso;

Parágrafo IIº: O sócio expulso pelo motivo constante do item III, do artigo. 8º poderá ser readmitido, mediante pedido por escrito, após decisão da maioria simples de votos em assembléia convocada exclusivamente para esse fim.

CAP. IV - Dos órgãos de Administração

Art. 9º - São órgãos de administração:

- I - Diretoria executiva
- II - Conselho fiscal
- III - Assembléia geral

SECRETARIA DO REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
CIVIL DAS CÂMARAS JURÍDICAS
Gêneros - 1º andar - 1111 - AL. BARRO
LONTOES C. 1111 - MINAS GERAIS

CAP. V - Da Diretoria

Art. 10º - a Diretoria Executiva compõe-se de:

- I - Presidente
II - Vice Presidente
III - 1º e 2º Secretários
IV - 1º e 2º Tesoureiros
V- Diretor Social

CATEGORIA DEL REGISTRO
 TITULOS E DOCUMENTOS
 CIVIL LAS ACCIONES JURIDICAS
 4b
 Oficial - Juicio de Alameda
 ESCRITOS CLAROS MINAS GERAES

Art. 11º - Os membros da diretoria serão eleitos por voto direto e secreto e seu mandato terá duração de 02(dois) anos podendo serem reeleitos por igual período.

Art. 12º - Compete a diretoria coletivamente:

- I - Exercer a administração dentro da lei e do estatuto da entidade;
- II - Dirigir administrar os bens da Associação, promovendo - por todos os meios lícitos, o seu fortalecimento e credibilidade;
- III - Fazer cumprir as disposições deste estatuto;
- IV - Admitir ou recusar candidatos a sócio, bem como determinar sua exclusão;
- V - Autorizar despesas;
- VI - Resolver os casos omissos e propor à assembléia geral as modificações que se fizerem necessárias no estatuto

Art. 13º - A diretoria reunir-se-á mensalmente, e extraordinariamente sempre que julgar necessário..

Art.14º - Ao presidente compete:

- I - Representar a associação em juízo ou fora dele;
- II - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias gerais;
- III - Solucionar os casos de urgência, submetendo-os a seguir à aprovação da diretoria;
- IV- Promover a organização de programas esportivos com a ajuda dos moradores do bairro.
- V- Apresentar anualmente a Assembléia geral, exposição de atividades e prestação de contas;
- VI - Assinar com o tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação do dinheiro;

VII - Convocar reuniões extraordinárias da Diretoria;

VIII - Nomear comissões especiais;

IX - Convocar o conselho fiscal.

SECRETARIA DE REGISTRO E
TÍTULOS E DOCUMENTOS
CIVIL CAS. 1.º
CHIEF - J. G. B. - 1.º
SECRETARIA DE REGISTRO E
TÍTULOS E DOCUMENTOS
CIVIL CAS. 1.º

Art. 15º - Ao vice-presidente compete substituir o presidente em suas faltas e impedimentos;

Art. 16º - Cabe ao Iº secretário:

I - Organizar e ter sob sua guarda o livro de atas;

II - Labrar ou fazer labrar atas;

III - Secretariar as reuniões da Diretoria e das Assembléias gerais;

IV - Cuidar das correspondências da Associação.

Art. 17º - Ao IIº secretário compete substituir o Iº em suas faltas e impedimentos.

Art. 18º - Cabe ao Iº tesoureiro:

I - Ter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio da Associação;

II - Arrecadar mensalidades, contribuições e demais rendas Assinando os respectivos recibos;

III - Assinar com o presidente, os cheques e demais papeis relativos ao movimento de valores;

IV - Ter sob guarda o livro caixa;

V - Elaborar o balanço anual e os inventários patrimoniais

VI - Fazer os pagamentos autorizados pela diretoria;

Art. 20º - Ao Diretor Social compete:

I - Presidir o departamento social

II - Manter um serviço de Assistência moral, educacional e material aos associados;

III - Promover atividades com o fim de angariar recursos.

CAP. VI

Do conselho FISCAL

Art. 21º - O Conselho Fiscal será composto de 06(seis) membros, 03 (tres) efetivos e 03(tres) suplentes e com o mesmo tempo de gestão de diretoria.

Art. 22º - O Conselho Fiscal tem o encargo de :

- I - Examinar os balancetes, bem como o balanço anual e emitir pareceres a respeito ;
- II - Fiscalizar os atos da diretoria e da Tesouraria ;
- III - Estudar e opinar sobre a situação financeira da Associação;
- IV - Aprovar as tabelas, taxas e contribuições;.

Art. 23º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação da diretoria ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único: Será automaticamente afastado do mandato o conselheiro que deixar de comparecer a 03 (tres) reuniões consecutivas ou 05(cinco) alternadas, sem justa causa, a critério do mesmo conselho.

Art. 24º - As deliberações do Conselho Fiscal, serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registradas em livro próprio de Atas.

CAP. VII -

Das Assembléias Gerais

Art. 25º - AAssembléia Geral é o órgão soberano de Associação e compõe-se de todos os sócios no gozo de seus direitos, tendo a faculdade de resolver dentro das leis vigentes e dos dispositivos estatutarios, todos os assuntos referentes às atividades e fins da Associação.

Art. 26º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês para:

- I - Apreciar o relatório mensal do presidente ;
- II - Discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal, sobre o balanço e contas do mês ;
- III - Discutir assunto de interesse da Associação;
- IV - Resolver em grau de recurso os casos de expulsão.

- Art. 26º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente em qualquer época, quando convocada :
- I - Pela Diretoria, através da maioria de seus membros ;
 - II - Pelo Conselho Fiscal ;
 - III - A requerimento de um terço dos sócios quites, para tratar de assuntos de sua exclusiva competência.
- Art. 27º - A Convocação da Assembleia Geral extraordinária é feita por publicação de edital pela imprensa local ou edital afixado na sede da Associação, 05(cinco) dias antes, designando hora e local da primeira e da segunda convocação e da ordem do dia.

CAP. VIII

Das Eleições e posse

- Art. 28º - As eleições para órgãos dirigentes da Associação realizar-se-ão de dois em dois anos, por chapa completa da / Diretoria e do conselho Fiscal, sempre por voto direto / e secreto, podendo seus membros serem reeleitos por / igual período.

Parágrafo Primeiro : A Convocação de eleições, faz-se-á através de Assembleia, especialmente convocada para esse fim, quarenta dias do final do mandato vigente.

Parágrafo Segundo ; A Assembleia a que se refere o parágrafo / primeiro escolherá a comissão que regulamentará e encaminhará todo o processo eleitoral até a apuração dos votos.

- Art. 29º - Em caso de demissão coletiva, as eleições para escolha da nova diretoria e Conselho Fiscal realizar-se-ão mediante convocação de Assembléia Geral extraordinária / que terá foro legítimo para aprovação de todo o processo eleitoral.

Parágrafo único : A Assembléia Geral extraordinária convocada exclusivamente para tratar do assunto a que se refere o art. 29º, escolherá uma comissão que conduzirá todo o processo eleitoral até a posse da nova diretoria.

- Art. 30º - O Direito de votar é pessoal e individual, não podendo ser exercido por procuradores.

Parágrafo Primeiro : O Sócio que tiver qualidades para candidatar-se, poderá registrar chapa completa de candidatos / 15 dias antes da votação.

EXATOS DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DAS EMPRESAS JURÍDICAS
Cidade - Juiz de Paz - Juiz de Paz
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

Parágrafo Segundo : Só Podendo concorrer ao pleito as chapas devidamente registradas que no dia da votação deverão estar afixados am local vizível a todos.

Parágrafo Terceiro : A apuração dos votos deverá ser iniciada meia hora após o término da votação, sendo executada pela mesa que a presidir, processando-se em público, no local de realização da votação ;

Parágrafo quarto : Os recursos contra os trabalhos do pleito, só poderão ser interpostos até 10 dias após a realização das eleições, para julgamento em Assembleia Geral extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

Parágrafo Quinto : A posse da Diretoria e do Conselho Fiscal, realizar-se-ão dentro do prazo de 30 dias a contar, / da data da apuração dos votos ;

Parágrafo Sexto : A posse será dada pela diretoria anterior, no caso de processamento normal de sucessão ou pelo Conselho Fiscal eleito no caso de renúncia coletiva da diretoria anterior.

CAP. IX

Dos Bens Patrimoniais.

Art. 31º - O Patrimônio da Associação é constituído:

- I - Dos bens móveis e imóveis que possui ou vir a possuir ;
- II - Das contribuições dos sócios ;
- III - De subvenções, donativos, legados , etc ;
- IV + Das rendas Patrimoniais ;
- V - Dos resultados de atividades sociais.

CAP. X

Das Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 32º - Em caso de dissolução da Associação, o acervo social será destinado a uma Instituição de fins assistenciais, a critério da Assembléia Geral, convocada para esse fim.

Art. 33º - Os casos omissos serão estudados e deliberados pela diretoria e o Conselho Fiscal.

Art. 34º - Esse estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação em Assembléia Geral.

Art. 35º - Revogadas as disposições em contrário.

TERMINO DOS REGISTROS
TÍTULOS E DOCUMENTOS
CIVIL - 24 de Maio de 1964
Cartel - 24 de Maio de 1964
MIMAR 026

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS UNIDAS

REGISTRO N 1348-89 A-6

FLS 592. PROT N 19.625-89

UMA VIA ARQUIVADA PASTA A-2

DES' B CARTORIO -23-

MONTES CLAROS MG 18 DE Setembro DE 1989

Carolina F. Moura, Ex. Autorizada

PI 1989 VAM MAURICIO - Ode



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE
INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

VALIDO ATÉ

30/06/91

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

25215278/0001-07

ATIVIDADE PRINCIPAL

61.99

NATUREZA JURÍDICA

1b - ASSOCIAÇÃO

CPF DO RESPONSÁVEL

265352310-53

ÓRGÃO DA SRF

67000 - MONTES CLAROS

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS BAIRES VILA AUREA E PAISAGEM

NOME DE FANTASIA

LOGRADOURO

RUA B

NÚMERO

157

COMPLEMENTO

CEP

39400

BAIRRO/DISTRITO

VILA AUREA

MUNICÍPIO

MONTES CLAROS

UF

MG

RENTA-PESSOA JURÍDICA ☐

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ☐

IMPORTAÇÃO ☒

LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS ☐

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ☐

RENTA-RETENÇÃO NA FONTE ☐

MINERAIS NO PAÍS ☐

ENERGIA ELÉTRICA ☐

SOBRE SERVIÇOS ☐

6894148

M8911



Câmara Municipal de Montes Claros

Av. Dr. João Luiz de Almeida, s/n - 39.400 - Montes Claros - MG

Em 23 de abril de 1981

Ofício n.º: 221/91

Assunto: Encaminhando projetos para sanção.

Serviço: Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Estamos encaminhando a esse Executivo, para a sanção de V. Exa., os projetos-de-leis inclusos, já aprovados por este Legislativo, dispondo sobre :

1. doação de terreno à Associação de Moradores da Vila Áurea e do Bairro Bela Paisagem, para a construção de sua sede ;
2. autorizando o repasse de recursos a Ney Valmir Ferreira da Silva, ao Damista Antônio Eustáquio Maques e à Empresa PERFORMANCE, MÍDIA E COMUNICAÇÃO .

Valendo-nos desta oportunidade, apresentamos a V. Exa. nossos renovados protestos de apreço e estima.

Cordialmente

Ivan José Lopes
Presidente da Câmara

Exmo. Sr.

Dr. Mário Ribeiro da Silveira

DD. Prefeito Municipal

MONTES CLAROS